

VOZ DA FÁTIMA

Ave, Maria!

Director e Proprietário: Dr. Manuel Marques dos Santos; Empresa Editora: União Gráfica, R. Santa Maria, 138-Lisboa; Administrador: António dos Reis; Redacção e Administração: Santuário da Fátima - Sede em Leiria

Crónica da Fátima

(13 DE JANEIRO)

Com o primeiro mês do ano civil iniciou-se mais um período da história da Fátima, começou outra estrofe desse incomparável poema de bondade e amor que o Coração Misericordioso da Augusta Rainha dos Anjos se dignou escrever para os seus filhos queridos da «Terra de Santa Maria».

Que o novo ano seja para todos os fiéis devotos de Nossa Senhora da Fátima, para todos os portugueses, para o mundo inteiro, cheio de graças e bênçãos celestes, derramadas com profusão por Jesus pelas mãos purísimas de sua Mãe Imaculada!

A pobre humanidade, a pesar de tantos progressos e prosperidades de ordem material, realizados nos últimos tempos, sofre, mais que nunca, da nostalgia do Céu e as almas inquietas e conturbadas sentem uma sede cada vez mais ardente de sobrenatural.

Na pequenina nesga de terra, demarcada no planalto da Serra de Aire pelo braço portentoso da Virgem Santíssima, aonde parece que não podem chegar os ecos das lutas fratricidas e das agitações dos homens, reina constantemente uma paz suavíssima e inefável que se comunica a todos quantos logram a ventura de respirar a atmosfera de fé e piedade de que está saturado aquele delicioso cantinho do Céu.

Fátima continua a ser, como até hoje, o refúgio dos espíritos inquietos, o abrigo dos corações atribulados, a estância privilegiada e bendita onde os que sofrem na alma ou no corpo vão buscar paz e alegria, luz e conforto, celeste bálsamo para todas as dores, para todas as máguas e para todos os infortúnios.

Indultos Pontifícios

A Santa Sé concedeu aos fiéis de Portugal graças e privilégios especiais pelos chamados Indultos Pontifícios.

Os Indultos são a continuação da antiga «Bula da Santa Cruzada» que tantos serviços prestou à civilização e evangelização crista e portuguesa.

As escolas dos Indultos são a favor dos nossos Seminários aos quais a revolução tudo tirou, das igrejas pobres e outras obras que precisam da protecção dos fiéis.

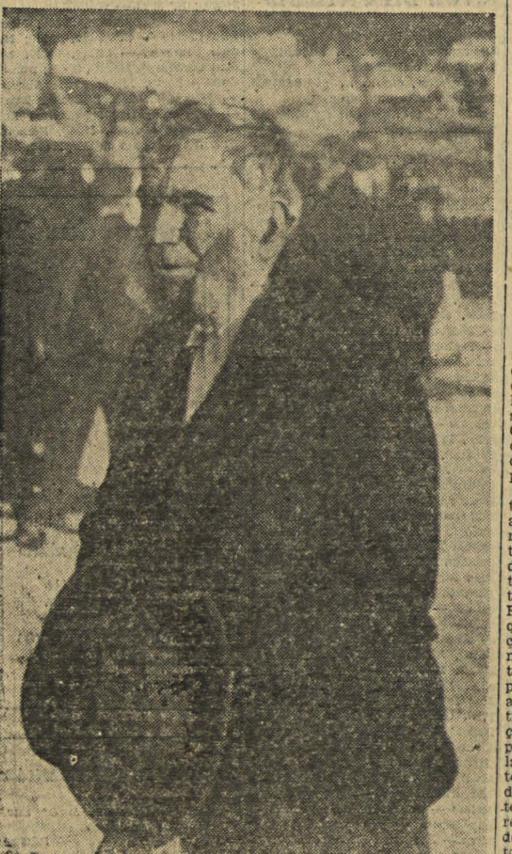
As graças dos Indultos tomados em 1936, terminaram no fim de Janeiro passado, pelo que não devem os fiéis demorar-se em se munirem com outros para o corrente ano de 1937, pedindo-os aos revs. Párcos e dando a pequenina esmola taxada segundo as suas poses.

Dever de todo o cristão

Estamos no Santo tempo da Quaresma, preparação para a comemoração da Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo e para a grande festa da Ressurreição do Senhor ou Páscoa.

Lembramos, por isso, aos nossos leitores, aos Cruzados de Nossa Senhora da Fátima e a todos os Cristãos a obrigação de se prepararem pela Confissão para a Comunhão Pascal.

Há inteira liberdade de escolha do Confessor, legitimamente jurisdicionado, a quem havemos de confessar as nossas faltas, mas a Comunhão Pascal deve fazer-se na nossa igreja paroquial a não ser que, por motivos justos, obtenhamos licença de a fazer noutra templo. Nesse caso devemos participá-lo ao nosso Rev. Pároco para o notar no respectivo livro.



FATIMA — Um bom peregrino

O Crucifixo nas escolas

Coisas que eu penso

Quanto pode um povo, quando quer e sabe querer!

Estejam atentos os quinhentos mil leitores da *Voz da Fátima*, porque vou contar um facto fresquinho, que nos vem da Alemanha e que nenhum jornal católico português contou — e era pena perder-se...

Como sabem, na Alemanha, quis-se substituir a Cruz de Cristo por outra cruz, chamada *cruz gamada*, que é um símbolo pagão.

Mas na Alemanha, de 60 milhões de habitantes, uns 20 milhões são católicos e um dos estados alemães é o chamado Oldemburgo.

Em 4 de novembro passado, o ministro dos cultos e das escolas publicou um decreto, para ser retirada de todos os edifícios públicos a Cruz de Cristo, incluindo as escolas. Explicava o ministro que esses edifícios pertencem a todos, e não só aos fiéis desta ou daquela confissão religiosa.

A Cúria episcopal de Munster protestou logo contra aquele decreto; e em 15 de novembro, em todas as igrejas da diocese foi lida uma declaração em que se exprimia a dor, a surpresa e a indignação, que a ameaça de retirar o Crucifixo das escolas tinha produzido na população católica da região.

«Somos cristãos — dizia o documento — isto quer dizer que cremos ter sido remidos pela Cruz de Cristo. Vemos por isso na Cruz o centro da nossa fé. Qualquer ofensa à Cruz, sinal da Redenção, é para nós uma ofensa ao Cristianismo. A concordata da Alemanha e a lei escolar garantem a escola confessional, isto é, a escola católica... Levantamos portanto contra essa ordem o mais resoluta protesto, porque onde existe uma escola católica não pode e não deve ser expulsa a Cruz...»

«Todos os católicos têm estrita obrigação de defender a educação crista, a educação baseada na Cruz, sinal da Redenção.

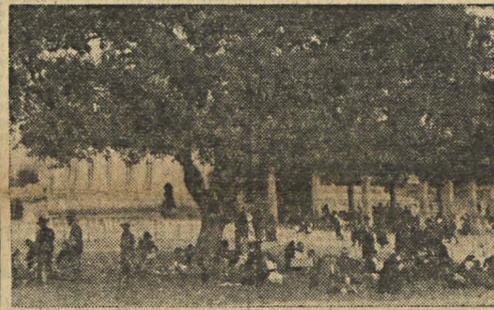
Nos não podemos permitir que a Cruz seja afastada dos locais onde se educam os nossos filhos, queremos fazer tudo quanto podemos para impedir essa tentativa.

Ajudai todos a conservar a Cruz nas escolas! Esperamos que a vontade concorde de todo o povo será escutada.

A leitura deste documento produziu no povo profunda impressão. Três dias depois, por ocasião da comemoração dos mortos da Grande Guerra, pregou-se por toda a parte a diocese da Cruz e nas sepulturas dos cemitérios todas as cruzes apareceram ornadas de flores. Começou-se em todas as igrejas uma novena pelo triunfo da Cruz e todas as noites as igrejas se enchiam de fiéis. Nas casas particulares, até nas mais remotas, se fizeram devoções: os chefes de família, com todos os seus, rezavam os joelhos os mistérios dolorosos do Rosário, diante duma Cruz.

Entretanto crescia a agitação contra o decreto. Reuniram com urgência câmaras municipais para protestar junto do Governo. Incumbiram-se pessoas importantes de levar e ilustrar esses protestos. Administradores e presidentes de Câmaras ameaçaram demitir-se, se a ordem fosse executada.

A partir de 21 de novembro



FATIMA — Debaixo da azinheira grande, a descansar

multiplicaram-se as deputações junto do Governo.

Só no dia 24 contaram-se em frente do ministério 75 carros com outras tantas deputações que vinham protestar.

Mas o Governo resistia. Mandou oradores escolhidos que em reuniões especiais procuravam convencer as massas da necessidade e da razão da ordem dada. Mas tudo foi em vão. O Ministro tentou acalmar os ânimos, declarando que permitiria que a Cruz fosse levada para a escola durante o ensino da religião — mas nada conseguiu. O povo não queria a Cruz como um objecto tolerado.

Finalmente, em 25 de novembro, realizava-se em Cloppenburg uma grande reunião, convocada pelo Governo, reunião para a qual tinham sido convidadas todos os filiados no partido governamental nacional-socialista e nas suas organizações.

Estavam presentes 7.000 homens e o orador único era o governador do Estado de Oldemburgo.

Quis falar, mas daqueles 7.000 homens surgiram continuamente interrupções. Queremos a Cruz... Fale da Cruz...

O governador teve de convencer-se de que o povo estava ofendido com o decreto contra a Cruz, e perante aquela inesperada

essa vossa coragem viril, que é sempre necessária aos cristãos mas de modo especial nos nossos dias. Deus recompense todos aqueles que demonstraram essa coragem. Que o seu exemplo sirva de norma aos nossos irmãos para além das fronteiras da nossa pátria! Deus conserve e aumente por toda a parte esta coragem, para a defesa da mais preciosa herança dos nossos maiores: a fé e a Cruz santa de Cristo, até ao cárcere e até à morte, se fosse preciso.

«Agradecemos a Deus também por ter dado compreensão e coragem ao chefe do governo do Oldemburgo que soube retirar o decreto de 4 de novembro. Quando na reunião dos 7.000 homens oldemburgueses se convenceu de que eles não queriam deixar-se privar da Cruz, mas queriam que os filhos fossem sempre educados no amor da Cruz, ele fez a seguinte promessa: «As Cruzes ficarão nas escolas!»

«Alegremo-nos! As Cruzes ficarão nas escolas, e nas ruas, e nas casas, e nas igrejas; ficarão — o que mais que tudo importa — nos nossos corações! Nenhuma coisa nos separe da Cruz!

«Evitemos qualquer companhia inimiga da Cruz; rejeitemos todos os livros e os escritos que ofendam a Cruz. E se devemos sofrer perseguições pela Cruz, re-

Palavras mansas

Unamuno

Figura-se-me que estou ainda a vê-lo, tão junto dele estive e com tanta curiosidade o fixei, numa das salas do Palácio de Cristal.

Fisionomia aberta e angulosa de basco, com linhas esbatidas pela barba grisalha, peribódicamente espontânea.

Alguma coisa de felino sobretudo no olhar muito vivo e curioso ainda por traz do cristal dos olhos pronunciadamente académicos.

Maeztu, Maritain, Fernandes Flores, Mauriac e os outros intelectuais da decantada visita vestiam cerimoniosamente a cascata das horas solenemente festivas. Ele não. Como se fora apenas um lavrador dos subúrbios de Salamanca, vestia modestamente uma quinzena de passelo que as mãos cruzadas apanhavam pela frente com embaraço, timidez e desconfiança.

Quando entrou na sala de espera, conversava eu animadamente com Ramiro de Maeztu, cujo destino, naquele incêndio de Espanha, continuava a desconhecer. Maeztu mostrava-se muito preocupado com o futuro do Estado Novo português. Sobre o futuro das direitas em Espanha, não tinha inquietações nem receios. As direitas caminhavam com ritmo acelerado para um triunfo retumbante e definitivo. A Espanha estava com elas.

Engano lido e cego, destinado a acabar depressa, e a acabar tragicamente... Por onde se vê, mais uma vez, que na ênfase castelhana houve sempre consideráveis percentagens de optimismo, de sonho e de ilusão...

Mal me viu a distância, Unamuno manifestou surpresa e desconfiança. — Um cura?! Mas por forma alguma del por isso, de absorvido que estava na conversa com Maeztu, que para mim, por muitos títulos, valia mais do que ele.

No jantar, que se seguiu, ficámos lado a lado. Interessante e caprichoso acaso? Propósito muito deliberado de quem distribuiu os lugares?... Fosse como fosse, ficámos lado a lado.

A conversa, que se travou com grande facilidade, decorreu pacatamente, sem fulgor e sem relevo. Unamuno passou por mim nessa noite como um intelectual estudioso, meditativo e concentrado, que só no seu gabinete de trabalho, com todo o seu pensamento, toda a sua sensibilidade e todos os seus livros, encontrava um ambiente favorável à produção literária. O basco costuma ser contemplativo e triste... A espontaneidade risonha e cintilante é mais meridional...

Mais sofista do que filósofo, Unamuno estilava sistematicamente as ideias, para tecer afinal com elas caprichos e paradoxos. E que a preocupação incessante, quasi doentia da originalidade tem de romper frequentemente com o sentido da medida e os ditames do bom senso.

Posta a tese individualista,

(Continua na 2.ª página)

TIRAGEM DA "VOZ DA FATIMA" no mês de Janeiro

Algarve	6.360
Angra	16.484
Beja	4.225
Braga	82.511
Bragança	12.893
Coimbra	17.924
Évora	5.200
Funchal	18.402
Guarda	28.748
Lamego	12.849
Leiria	17.506
Lisboa	11.220
Portalegre	10.438
Pórtico	60.701
Vila Real	33.644
Viseu	11.157
Total	352.262
Estrangeiro	3.829
Diversos	11.872
Total	367.963

CRONICA FINANCEIRA

Quando estas linhas chegarem às mãos do prezado leitor, já deve ter terminado a discussão da proposta de lei sobre hidráulica agrícola que o governo apresentou à Assembleia Nacional. Como se trata duma proposta de largo alcance agrícola e social, vamos falar sobre ela duas palavras.

Como é sabido, os países estrangeiros para onde se dirigia a nossa emigração, Brasil, América do Norte, França, etc., estão hoje por assim dizer fechados, ou por leis restritivas da entrada de imigrantes, ou por falta de trabalho para lhes dar. Pensa o Governo e muito bem, que é preciso procurar colocação ou nas colónias, ou no continente, para essa gente que não tem agora para onde ir. A proposta de lei sobre a hidráulica agrícola tem em vista, entre outros fins, a chamada *colonização interna*, isto é, a fixação no país de toda ou parte da população que há a mais. Para tanto pensa o Governo fazer obras de irrigação de terrenos incultivos, mas susceptíveis de cultura rendosa depois de terem água de rega. Esses terrenos, depois de tornados próprios para a cultura, poderão ser apropriados pelo governo e divididos em pequenas parcelas agrícolas para serem entregues a famílias pobres, mas capazes de os trabalhar e administrarem. É este sem dúvida o lado mais simpático da notável proposta de lei.

A experiência de todos os tempos tem mostrado e demonstrado, que a ordem social se apoia principalmente na pequena propriedade agrícola e na média. A grande propriedade, os chamados *latifúndios*, são motivo de grandes desordens políticas e sociais, e por vezes de grandes catástrofes. É verdade que as indústrias médias ou pequenas e o pequeno ou médio comércio, também são constituídos por classes em geral ordeiras e equilibradas, mas apesar disso o seu equilíbrio social e político, não tem a estabilidade da classe média agrícola.

O grande comércio e a grande indústria, são motivos de enormes perigos sociais, exactamente como a grande propriedade agrícola. O Governo irá por bom caminho, se levar por diante a constituição de casais agrícolas pequenos à custa de latifúndios que a falta de água torna de valor diminuto.

É sabido e é aliás evidente, que a pequena propriedade só é estável e verdadeiramente útil quando aliada a pequena cultura exercida pelo próprio dono

ajudado da família. É esta forma de propriedade e de exploração a mais útil debaixo do ponto de vista social e político. É para esta forma que o Governo vai entregando as terras dos casais, por ele constituídos, as famílias que as trabalharão. Mas a pequena cultura só é possível em terrenos férteis e de rega, onde as colheitas não estejam sujeitas a grandes riscos, como sucede, por exemplo, no Minho. Pequena cultura e policultura, isto é, cultura de muitas coisas. O pequeno lavrador só se pode agigentar bem, se cultivar muitas coisas na roda do ano. Cultivando muitas coisas, quasi se pode bastar a si mesmo, pois que o canastro, a salgaadeira, e a horta, bem combinados, lhe enchem o prato durante o ano inteiro. Por outro lado, alternando judiciosamente as culturas e adubando bem as terras, terá os campos em produção permanente como sucede no Minho. Mas para isso é precisa a água e que as terras a agradeçam.

O Governo, enxertando na proposta de hidráulica agrícola, o problema da colonização interna, procedeu muito judiciosamente e tem por isso direito aos agradecimentos da Nação

Pacheco de Amorim

Este número foi visado pela Censura

P. L.

